



PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
PROTOCOLO Nº 1501/26
DATA 25 / 09 / 26
HORÁRIO 14:19
VISTO Phais



São Sebastião
Cidade do Futuro

Ofício nº 8.546/2026 – via 1DOC

Referente: Resposta ao Requerimento nº. 192/2026 - Vereador Alex Damasceno Reis Framba.

São Sebastião, 24 de setembro de 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Edgar Eduardo Celestino
Câmara Municipal de São Sebastião - SP

Cumprindo as determinações legais inerentes às disposições trazidas pela Lei Orgânica do Município, bem como a regra Regimental deste Poder Legislativo, reporto-me a Vossa Excelência, nobre Vereador(a), observando o prazo legal, nos seguintes termos:

A administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SEGUR, informa que:

1- Quais estudos técnicos, dados estatísticos, avaliações de segurança viária ou recomendações de órgãos especializados foram utilizados para estabelecer especificamente a idade mínima de 10 anos para o transporte de crianças em bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropeidos?

Art. 244 V do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, além do contido no § 1º alínea c, uma vez que as crianças possuem o corpo em desenvolvimento e são mais vulneráveis a impactos, mesmo em sinistros considerados leves.

Inicialmente, cumpre esclarecer que as bicicletas elétricas e os equipamentos de mobilidade individual autopropeidos – EMIA possuem características técnicas e construtivas variadas, inclusive quanto à velocidade que podem atingir. Além disso, eventuais alterações ou desbloqueios de seus sistemas podem permitir o alcance de velocidades superiores às originalmente previstas (32 Km/h), aproximando seu desempenho, em determinados casos, ao de ciclomotores ou motocicletas.

Considerando, ainda, a inexistência de um padrão estrutural único aplicável a todos esses veículos e equipamentos, não se mostra tecnicamente viável estabelecer critérios de segurança individualizados para cada modelo existente no mercado.

Rua Sebastião Silvestre Neves, 214 - Centro – CEP 11.608-114 - São Sebastião/SP

Tel.: (12) 3891-4507 – segov@saosebastiao.sp.gov.br

"Fiscalize o seu município" – www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br



Autenticar documento em <http://nopapercloud.saosebastiao.sp.leg.br/autenticidade>
com o identificador 310035003200340033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



O Departamento de Trânsito informa que, diante do crescimento da utilização de bicicletas elétricas e EMIA, foram identificadas, nas vias públicas municipais, situações de circulação incompatíveis com a finalidade e as características desses equipamentos, tais como condução em velocidade inadequada, circulação em áreas destinadas a pedestres, transporte excessivo de passageiros e condução por crianças, entre outras práticas capazes de ampliar os riscos aos próprios condutores e passageiros, bem como aos demais usuários das vias.

Especificamente quanto à fixação da idade mínima para o transporte de crianças, a medida foi estabelecida com fundamento em critérios de segurança, considerando que crianças de menor idade podem não apresentar condições físicas suficientes para preservar a própria segurança durante o deslocamento, especialmente quanto à capacidade de se manterem firmemente apoiadas no condutor ou nos dispositivos próprios de sustentação do veículo.

Nesse sentido, adotou-se como parâmetro de referência a disciplina estabelecida pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB (conforme proibição constante no inciso V do Art. 244, bem como no §1º, alínea c) do mesmo dispositivo), especialmente as disposições relacionadas ao transporte de crianças em veículos de duas rodas. Considerou-se, ainda, a maior vulnerabilidade física das crianças, em razão de seu estágio de desenvolvimento corporal, circunstância que pode potencializar as consequências de quedas e sinistros, inclusive aqueles considerados de menor gravidade.

Dessa forma, a definição da idade mínima buscou estabelecer um parâmetro objetivo e preventivo de segurança, compatível com a necessidade de proteção das crianças transportadas e dos demais usuários do sistema viário.

2- Considerando a realidade das famílias que utilizam bicicletas elétricas como meio de transporte para levar e buscar seus filhos na escola, existe a possibilidade de o Poder Executivo realizar novo estudo técnico sobre a idade mínima para transporte de crianças, avaliando uma alteração ou regulamentação complementar que permita o transporte de crianças menores de 10 anos, desde que atendidos requisitos específicos de segurança, como capacete





adequado, dispositivo de retenção/assento apropriado, condução por adulto responsável, limite de velocidade e circulação em locais autorizados?

Informa-se que as questões relacionadas à mobilidade e à segurança no trânsito possuem caráter dinâmico e estão sujeitas a constante avaliação, especialmente diante do surgimento de novas tecnologias, da alteração dos padrões de deslocamento da população e da evolução das normas aplicáveis à matéria.

Nesse contexto, a regulamentação municipal poderá ser objeto de reavaliação sempre que identificados novos elementos técnicos, alterações na legislação federal ou estadual, recomendações dos órgãos competentes ou circunstâncias locais que justifiquem o aperfeiçoamento das regras atualmente estabelecidas.

Assim, eventual revisão da idade mínima para o transporte de crianças poderá ser analisada pelos setores técnicos competentes, mediante estudo específico que considere, entre outros aspectos, a segurança viária, as características dos diferentes equipamentos, a utilização de dispositivos adequados de proteção e retenção, os limites de velocidade, as condições de circulação e, sobretudo, a compatibilidade de eventual regulamentação municipal com a legislação de trânsito vigente.

Ressalta-se, contudo, que qualquer alteração deverá estar fundamentada em critérios técnicos e jurídicos que assegurem a preservação da segurança das crianças transportadas e dos demais usuários das vias, não sendo recomendável a flexibilização da regra sem a prévia demonstração de que as medidas alternativas de segurança são adequadas e juridicamente admissíveis.

Atenciosamente,

REINALDO ALVES
MOREIRA
FILHO:36947981883

Assinado de forma digital por
REINALDO ALVES MOREIRA
FILHO:36947981883
Dados: 2026.09.24 23:10:50 -03'00'

REINALDO ALVES MOREIRA FILHO
PREFEITO

